



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 1.1. A frota do Município de Dois Vizinhos é composta por uma gama heterogênea de equipamentos que vão de veículos de passeio, vans, ambulâncias, ônibus, e caminhões, a máquinas agrícolas e rodoviárias para os mais variados fins. Esses bens estão sujeitos a desgaste severo e diário devido à prestação de serviços essenciais, especialmente nas secretarias de Viação, Obras e Serviços Urbanos e Agricultura.
- 1.2. A eventual falta de peças de reposição imediata ou a aquisição de peças de baixa qualidade pode gerar a paralisação não planejada de máquinas, interrompendo obras, transporte escolar e atendimento de saúde, ferindo o princípio da continuidade do serviço público.
- 1.3. É imprescindível a aquisição contínua de peças de reposição que atendam aos padrões dos fabricantes. A manutenção preventiva e corretiva não é apenas uma despesa, mas uma medida estratégica que maximiza a vida útil e evita o sucateamento precoce do patrimônio público, além de proteger a vida de servidores e munícipes.

Definição da Qualidade (Original x Paralela)

- 1.4. A necessidade técnica busca o equilíbrio entre custo e benefício, compreendendo o fornecimento de peças Originais, Genuínas e Paralelas de 1ª Linha. As Originais e Genuínas são requeridas para componentes críticos, onde a compatibilidade exata é vital para a garantia e a segurança operacional. Já as Paralelas de 1ª Linha constituem a alternativa mais econômica, sendo aceitas desde que fabricadas por empresas certificadas e que atendam rigorosamente às especificações técnicas, sem comprometer a durabilidade.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Classificação do Objeto

- 2.1. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de Bens Comuns, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021 e do Decreto Municipal nº 19.501/2023. Isso ocorre porque possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, baseados em especificações usuais de mercado.

Análise de Mercado



- 2.2. A pesquisa de mercado demonstra ampla competitividade, existindo diversos fornecedores e fabricantes capazes de atender à demanda. Diante disso, analisaram-se as alternativas de contratação sob a ótica da eficiência administrativa e do interesse público.
- 2.3. Cabe ressaltar que a presente instrução é robustecida por uma análise técnica da Capacidade de Fornecimento, fundamentada no histórico real do Credenciamento nº 90002/2025 deste Município. Os autos do referido processo administrativo comprovam, por meio das propostas apresentadas e do histórico de execução, que as empresas do setor possuem capilaridade para o fornecimento multimarcas.
- 2.4. Restou demonstrado que os mesmos fornecedores detêm capacidade técnica e logística para entregar peças originais e paralelas de múltiplas linhas, o que justifica tecnicamente que o agrupamento em lotes não afasta os competidores da disputa. Pelo contrário, tal modelagem racionaliza a gestão contratual e a fiscalização, sem prejuízo à competitividade, uma vez que o perfil do mercado local e regional já se consolidou nesse formato de atendimento integral por categorias de veículos. Diante disso, analisaram-se as seguintes alternativas de contratação:
- 2.5. A) Dispensa de Licitação: Descartada. O valor estimado supera largamente os limites do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.6. B) Inexigibilidade: Descartada. Há competição no mercado, não se enquadrando no Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7. C) Adesão a Atas (Carona): A principal barreira é a incompatibilidade técnica da frota. A frota municipal possui um mix específico de marcas e modelos (especialmente no maquinário agrícola e viário) que dificilmente será atendido integralmente por uma Ata de Registro de Preços modelada para outro órgão. A tentativa de adesão parcial fragmentaria a gestão, exigindo múltiplas adesões para cobrir toda a frota, o que fere o princípio da eficiência administrativa.
- 2.8. D) Credenciamento: Analisada e Descartada. Embora permita múltiplos fornecedores, essa modalidade gera alta complexidade na gestão contratual, como fiscalizar dezenas de contratos simultâneos e gerir o rodízio de demandas. Para a estrutura atual da Secretaria, a pulverização de contratos dificultaria o controle efetivo das despesas.
- 2.9. E) Pregão Eletrônico Tradicional: Escolhida. Foi considerada pela Administração como a opção de melhor exequibilidade e eficiência, fundamentada na análise histórica de certames anteriores. Diante do registro de altos gastos com a manutenção de frota e aquisição de peças no exercício anterior, a escolha desta modalidade visa maximizar a competitividade e o aproveitamento da disputa por lances para gerar maior economia de escala, reduzindo o impacto financeiro desta despesa no orçamento municipal..

MEs e EPPs poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

- 2.10. **Sim (x)**
- 2.11. O objeto da contratação refere-se ao fornecimento de bens, caracterizando atividade de comércio. Tal atividade não se enquadra nas vedações do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo, portanto, que a contratada usufrua dos benefícios do regime tributário do Simples Nacional, caso seja optante.

**Poderão participar Sociedades Cooperativas?**

- 2.12. Sim (x)
- 2.13. Conforme o art. 16 da Lei nº 14.133/2021, é permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão e governança conforme a Lei nº 5.764/1971, assegurando que não haverá relação de subordinação ou vínculo empregatício dissimulado.

Poderão participar Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio?

- 2.14. Não (x) A vedação à participação de consórcios justifica-se pela baixa complexidade técnica do objeto e pela existência de ampla competitividade no mercado. Existem diversas empresas individuais aptas a fornecer os itens solicitados sem a necessidade de somar esforços ou capitais com outras. Permitir a consorciação, neste caso, não ampliaria a vantagem para a Administração e traria complexidade desnecessária à gestão contratual e à análise documental, contrariando o princípio da eficiência.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

- 2.15. A adesão a uma Ata existente reduziria o tempo da fase externa da licitação, no entanto a realidade expõe a complexidade da frota do Município de Dois Vizinhos e a incompatibilidade com Atas vigentes, além de características heterogêneas e específicas, como o mix de marcas de linha pesada e agrícola, e a ampla e variada idade dos veículos e máquinas.
- 2.16. Em cumprimento ao dever de análise de mercado, realizou-se pesquisa amostral no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) visando identificar a viabilidade de adesão a Atas vigentes. A amostragem revelou a seguinte realidade mercadológica:
- 2.17. Município de Corumbataí do Sul (Proc. 129/2025): [Link PNCP](#)
- 2.18. Município de Nova Cantu (Proc. 24/2025): [Link PNCP](#)
- 2.19. Município de Piên (Proc. 50/2024 - Lotes Diversos): [Link PNCP](#) e [Link PNCP](#)
- 2.20. Município de Francisco Beltrão (Proc. 319/2025): [Link PNCP](#)
- 2.21. Município de Cruzeiro do Iguaçu (Proc. 92/2024): [Link PNCP](#)
- 2.22. A análise detalhada destes instrumentos revela que cada município modelou sua Ata baseada nas especificidades de sua frota local, marcas predominantes, idade da frota e logística regional.
- 2.23. Para atender à frota de Dois Vizinhos a administração seria forçada a realizar múltiplas adesões parciais. Seria necessário "fatiar" a demanda, aderindo à Ata do Município 'X' para peças de trator, à Ata do Município 'Y' para peças de ambulância, e assim sucessivamente.
- 2.24. Essa fragmentação contratual afronta diretamente os princípios da Administração Pública. A gestão simultânea de múltiplos contratos de adesão fere a Eficiência Administrativa, pois impõe regras de execução distintas e fornecedores dispersos,



elevando desproporcionalmente o custo de controle. Ademais, a padronização resta prejudicada, visto que a pulverização dos ajustes impede a criação de um rito único de solicitação e entrega, dificultando a fiscalização. Por fim, compromete-se a unidade de gestão, retirando do município a autonomia para gerir prazos e penalidades, submetendo o interesse local a regramentos definidos por terceiros.

Da Subcontratação

- 2.25. Não (x)
- 2.26. A subcontratação é vedada em razão da natureza do objeto e da necessidade de assegurar a responsabilização direta pela qualidade das peças.
- 2.27. Diferente dos modelos de "quarteirização", neste Pregão busca-se a execução pessoal do contratado para garantir a rastreabilidade da cadeia de suprimentos. Permitir a subcontratação dificultaria a fiscalização quanto à procedência das peças e diluiria a responsabilidade técnica e comercial em caso de falhas mecânicas.
- 2.28. Tal vedação alinha-se ao entendimento de que a subcontratação é exceção, cabível apenas quando há complexidade técnica que a justifique, o que não se aplica à simples entrega de peças automotivas. Essa medida visa blindar a Administração e garantir que a empresa que venceu a disputa seja efetivamente a que entrega o objeto, em consonância com as diretrizes de controle e responsabilização (Acórdão TCU 2.450/2025).

3. DEFINIÇÃO DOS PRAZOS DE ENTREGA E JUSTIFICATIVA LOGÍSTICA

- 3.1. Visando o equilíbrio entre a celeridade necessária à manutenção da frota e a ampla competitividade, estabelecem-se prazos escalonados conforme a complexidade da demanda.
- 3.2. Para o prazo máximo de entrega (Itens sob encomenda/programados), fixa-se o lapso temporal de **10 (dez) dias úteis**.
- 3.3. Fundamentação Logística (Regiões Sul, Sudeste e Oeste): A definição deste prazo considera a localização geográfica do Município de Dois Vizinhos e a concentração dos principais polos distribuidores de autopeças nas regiões Sul e Sudeste (especialmente SP, PR e SC). Conforme dados de logística nacional e simuladores de frete (Fonte referencial: [SmartEnvios - Prazos PAC/Logística](#)), o trânsito de mercadorias entre os grandes centros (SP/Curitiba) e o interior do Paraná ocorre, em média, entre 5 a 8 dias. Portanto, o prazo de **10 dias úteis** é suficiente para garantir a participação de fornecedores de toda a macrorregião (Sul/Sudeste/Centro-Oeste), que detêm a vasta maioria do mercado, sem exigir fretes aéreos emergenciais que encareceriam a proposta.
- 3.4. *Ressalva quanto às Regiões Norte/Nordeste:* Optou-se por não estender o prazo para abranger a logística das regiões Norte e Nordeste, pois tratar-se-ia de exceção ineficiente. A extensão do prazo (para 20 ou 30 dias) prejudicaria a eficiência administrativa apenas para acomodar fornecedores cuja competitividade já estaria comprometida pelos altos custos de frete para nossa região.
- 3.5. Comparativo com Práticas de Mercado (Benchmarking): O prazo adotado de 10 dias úteis demonstra-se razoável e até mais flexível do que o praticado por outros entes paranaenses, o que favorece a competitividade sem descuidar da agilidade:



- 3.6. Pato Branco/PR: Em pregões de peças, adota prazos conservadores de até 15 dias úteis, focando na segurança do fornecimento ([Ver Edital Referência Pato Branco](#)). O prazo de 10 dias proposto por Dois Vizinhos é mais célere, garantindo maior eficiência.
- 3.7. Foz do Iguaçu/PR e Londrina/PR: Adotam prazos exíguos de 02 (dois) dias úteis para a maioria dos itens ([Ver Minuta Foz do Iguaçu](#) e [TR Londrina](#)). Entende-se que tal rigor, se aplicado à realidade de peças agrícolas complexas, poderia restringir o certame apenas a fornecedores locais.
- 3.8. Embora o prazo de entrega padrão de 10 dias úteis seja adequado para a maioria das peças (considerando a logística regional), o estudo identificou que componentes eletrônicos complexos e itens de baixa rotatividade podem exigir prazos diferenciados. A contratação deve buscar a eficácia e resolver o problema de forma real, portanto, a previsão de negociação de prazos para itens específicos evita o fracasso na entrega e garante que a Administração receba componentes de alta tecnologia que não estão disponíveis para pronta entrega, mantendo a integridade técnica da frota.

4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

- 4.1. A estratégia de modelagem deste certame fundamenta-se em análise prévia de mercado, que demonstrou a predominância de distribuidores multimarcas no segmento de autopeças, com capacidade operacional para fornecer conjuntos de peças compatíveis com diferentes marcas e modelos de veículos e equipamentos.
- 4.2. Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto em lotes por afinidade técnica, considerando marca, tipo de equipamento e natureza das peças, em substituição à adjudicação por itens individualizados.

Tal modelagem mostra-se mais vantajosa para a Administração, pois:

- 4.3. A contratação por lotes reduz a fragmentação do fornecimento e o número excessivo de fornecedores para um mesmo equipamento, simplificando a fiscalização, o acompanhamento contratual e a execução das manutenções.
- 4.4. As manutenções da frota possuem comportamento variável e imprevisível, dificultando a estimativa precisa de consumo por item específico. O agrupamento por lotes permite maior flexibilidade na execução contratual, evitando distorções entre o planejamento e a demanda real.
- 4.5. O fornecimento por conjuntos de itens possibilita aos licitantes melhor planejamento logístico e comercial, ampliando o volume potencial de fornecimento. Isso tende a resultar em propostas mais vantajosas, com percentuais de desconto mais competitivos.
- 4.6. A contratação por lotes reduz o risco de descontinuidade na manutenção, evitando que diferentes componentes de um mesmo equipamento dependam de fornecedores distintos, o que poderia comprometer a disponibilidade dos veículos e máquinas.
- 4.7. Do ponto de vista jurídico, o modelo adotado encontra respaldo no art. 40, §3º da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido quando técnica e economicamente justificável.
- 4.8. O entendimento dos órgãos de controle corrobora essa prática, destacando-se:



- 4.9. O Acórdão 5.260/2011-TCU-1ª Câmara, que reconhece a legalidade da adjudicação por lotes quando houver correlação entre os itens;
- 4.10. O Acórdão 861/2013-TCU-Plenário, que destaca que a redução do número de fornecedores contribui para a diminuição dos custos administrativos e aumento da eficiência na gestão contratual.
- 4.11. Ressalta-se que os lotes foram estruturados com base em critérios objetivos de mercado e afinidade técnica, não havendo restrição indevida à competitividade, mas sim a busca pela solução mais eficiente e adequada às necessidades da Administração.
- 5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- 5.1. Considerando que a licitação adotará o critério de maior desconto sobre tabela referencial, a estimativa de quantidade refere-se ao volume orçamentário demandado para a cobertura das manutenções durante a vigência contratual.
- 5.2. A estimativa baseou-se na análise do histórico de consumo do Pregão Eletrônico nº 069/2023, bem como nos estudos preliminares dos certames 90071/2024 e 90072/2024. Aplicou-se a projeção de desgaste natural baseada na idade média da frota e na inclusão de novos maquinários.
- 5.3. O dimensionamento levou em conta a totalidade dos veículos e máquinas descritos no documento anexo intitulado: "FROTA MUNICIPAL DOIS VIZINHOS-PR.xlsx". Este documento detalha a complexidade da frota que justifica o montante estimado.
- 5.4. Em razão da natureza imprevisível da manutenção corretiva, não é possível definir previamente o quantitativo exato de cada peça a ser consumida. Portanto, o valor estipulado serve como teto orçamentário estimativo. Fica a CONTRATADA ciente de que o quantitativo financeiro indicado visa apenas oferecer elementos para dimensionamento da proposta, isto não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento mínimo ou volume de compra,
- 5.5. O fornecimento será realizado e pago estritamente sob demanda, conforme a necessidade real de substituição de peças diagnosticada pela fiscalização.
- 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- 6.1. Com base na análise do histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses e considerando os parâmetros financeiros e quantitativos dos Pregões nº 069/2023, 90071/2024 e 90072/2024, estima-se o valor global da contratação em R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais).
- 6.2. A presente estimativa tem por objetivo aferir a viabilidade econômica da solução escolhida e reservar o orçamento necessário. Ressalta-se que, por se tratar de licitação julgada pelo critério de maior desconto sobre tabela referencial, este valor



não reflete um preço fechado, mas sim a projeção máxima de despesa eventual para cobertura integral da frota. A precificação final dos itens ocorrerá no momento da solicitação da peça, mediante aplicação do desconto ofertado pela licitante vencedora sobre a tabela oficial vigente.

7. METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

- 7.1. A definição da metodologia de formação de preços baseia-se na utilização de sistemas de orçamentação de peças automotivas amplamente adotados no mercado, como Audatex, Traz Valor e outros equivalentes.
- 7.2. Esses sistemas utilizam bases de dados atualizadas de fabricantes, concessionárias e distribuidores, permitindo maior precisão na identificação dos valores de mercado e garantindo transparência na formação dos preços.
- 7.3. A adoção dessa metodologia possibilita a padronização dos critérios de avaliação, facilita a conferência dos valores apresentados pela contratada e assegura maior controle na execução contratual.
- 7.4. Nos casos em que não houver informação disponível nos sistemas adotados, será realizada pesquisa de mercado mediante a obtenção de, no mínimo, três orçamentos, conforme prática consolidada na Administração Pública e em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Essa abordagem garante maior segurança jurídica, evita dependência de ferramenta específica e assegura a economicidade e eficiência da contratação.

8. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (art. 18, § 1º, IX c/c Art. 92, V da Lei 14.133/2021)

- 8.1. Considerando a dinâmica volátil do mercado de autopeças e a metodologia de precificação baseada em Tabela Referencial Externa, optou-se por um modelo híbrido de atualização econômica visando evitar o desequilíbrio contratual e o enriquecimento sem causa.
- 8.2. Justifica-se a vedação à aplicação automática de índices gerais de preços (como IPCA, IGP-M ou INPC) sobre os preços unitários das peças. As Tabelas Referenciais do setor automotivo sofrem atualizações periódicas, mensais ou trimestrais, que já incorporam as variações de custo de insumos, câmbio e inflação setorial. A sobreposição de um índice inflacionário sobre uma tabela que já se atualiza configuraria *bis in idem* (dupla remuneração pelo mesmo fato), gerando prejuízo ao Erário.
- 8.3. Para garantir a justa remuneração e a entrega de produtos de qualidade, define-se que o pagamento será balizado pela Tabela Referencial vigente na data da emissão da Ordem de Fornecimento. O percentual de desconto ofertado na licitação permanecerá fixo e irrevogável, incidindo sobre o valor atualizado da peça, garantindo que a Administração pague sempre o valor real de mercado, capturando tanto as altas quanto as eventuais baixas de preço.
- 8.4. O índice oficial (IPCA/IBGE) será utilizado exclusivamente para a recomposição do saldo financeiro total do contrato após o interregno legal de 1 (um) ano. Tal medida não visa aumentar o lucro unitário da contratada, mas sim assegurar que o valor global do contrato mantenha seu poder de compra original, permitindo que a



Administração adquira a mesma quantidade de peças planejada inicialmente, neutralizando os efeitos corrosivos da inflação sobre o orçamento público.

Justificativa Para Aferição de Exequibilidade Diferenciada (Linha Amarela)

- 8.5. A escolha pelo Pregão Eletrônico Tradicional (Maior Desconto) visa superar os entraves operacionais que levaram à anulação dos certames anteriores (90071/2024 e 90072/2024).
- 8.6. Naquelas ocasiões, embora houvesse previsão editalícia para aferição de exequibilidade em descontos superiores a 50%, a Administração enfrentou dificuldades na instrução processual da diligência. O processo restou prejudicado pela ausência de parâmetros objetivos para validar ou rejeitar as justificativas das empresas, gerando insegurança jurídica que culminou na revogação dos atos.
- 8.7. Para sanar essa falha de governança, a nova modelagem mantém o critério de Maior Desconto Linear, mas inova ao estabelecer um Rito Objetivo de Diligência no Termo de Referência.
- 8.8. A verificação de exequibilidade será demonstrada com objetividade. Caberá ao licitante o ônus da prova, mediante apresentação de documentos comprobatórios (notas fiscais de aquisição), conforme permissivo da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 9. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;**
 - 9.1. Em anexo.
- 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;**
 - 10.1. A solução consiste na contratação de fornecimento de peças mediante o critério de maior desconto sobre tabela referencial, condicionado à verificação da vantajosidade de mercado.
 - 10.2. Visando corrigir distorções comuns em sistemas de precificação que muitas vezes balizam preços por peças genuínas enquanto o mercado oferta peças de 1ª linha com valores inferiores, ou não contemplam a especificidade de máquinas agrícolas adota-se a seguinte regra de faturamento híbrida:
 - 10.3. Do Preço a ser Pago (Regra do Menor Valor): O valor a ser pago pela administração corresponderá sempre à opção mais vantajosa para o erário. A Contratada deverá submeter o orçamento, e o Fiscal do contrato poderá confrontá-lo com a realidade de mercado. O pagamento será balizado pelo MENOR VALOR apurado entre:
 - 10.3.1. O valor da peça no sistema/tabela oficial menos o desconto ofertado na licitação; OU
 - 10.3.2. A média de preços praticada no mercado local/regional, comprovada mediante pesquisa direta ou apresentação de 03 cotações de fornecedores distintos, quando solicitada pela Fiscalização.



- 10.4. Nos casos em que o valor da tabela referencial apresentar-se manifestamente superior à realidade de mercado, ou para itens não constantes no sistema, caberá à Contratada comprovar a conformidade de seus preços.
- 10.5. Essa comprovação dar-se-á mediante apresentação de notas fiscais de aquisição (custo de entrada) ou notas fiscais emitidas para outros contratantes, garantindo que a Administração não pague sobrepreço decorrente de falhas no software precificador.

Classificação técnica e padrão de qualidade das peças

- 10.6. Para fins de padronização, fiscalização e recebimento do objeto, e visando afastar dúvidas quanto à nomenclatura de mercado, adotam-se as seguintes definições técnicas baseadas nas normas da ABNT e do setor automotivo:
- 10.7. Peça ORIGINAL:
- 10.7.1. É a peça produzida pelo mesmo fabricante que fornece o item para a linha de montagem da montadora, porém comercializada na embalagem da própria fabricante da peça.
- 10.7.2. Possui exatamente as mesmas especificações técnicas, materiais e durabilidade da peça genuína, diferenciando-se apenas pela embalagem e canal de distribuição, apresentando geralmente custo mais vantajoso para a Administração.
- 10.8. Peça PARALELA DE 1ª LINHA:
- 10.8.1. Peça produzida por fabricante especializado no mercado de reposição, que segue rigorosamente as especificações técnicas da peça original.
- 10.8.2. Para ser aceita como "1ª Linha", a peça deve possuir certificação compulsória do INMETRO (quando exigível para o item) ou ser fabricada por empresa com certificação de qualidade (ISO 9001 / IATF 16949), vedando-se peças de marcas desconhecidas, sem rastreabilidade ou "importadas brancas" de baixa qualidade.
- 10.9. A permissão de peças originais e de 1ª Linha assegura a qualidade técnica necessária para a manutenção da frota, mas com preços de mercado significativamente menores, atendendo ao princípio da eficiência e da economicidade.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

- 11.1. Visando assegurar a seleção de fornecedor apto e a qualidade dos produtos, definem-se os seguintes requisitos:
- 11.2. Considerando a natureza de fornecimento de bens comuns, será exigido para fins de qualificação técnica:
- 11.3. Apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento pertinente e compatível com o objeto desta licitação.



- 11.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Além disso, aplicam-se as seguintes condições mandatórias:
- 11.5. As peças devem ser novas, de primeiro uso, vedado produto reconcondicionado, devendo ser genuínas, originais ou paralelas de 1ª linha, fabricadas de acordo com as normas da ABNT e certificadas pelo INMETRO, quando aplicável.
- 11.6. A entrega deve ocorrer nos prazos estipulados, acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, na qual deverão constar obrigatoriamente a descrição detalhada do item, a marca/fabricante, o código da peça, o valor unitário de tabela, o percentual de desconto aplicado e o valor líquido.
- 11.7. O prazo de garantia das peças será o oferecido pelo fabricante, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da instalação/aceite definitivo.
- 11.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo de garantia.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

- 11.9. (x) NÃO

- 12. JUSTIFICATIVAS** (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A motivação circunstanciada das condições do edital

- 12.1. A motivação e as condições pautam-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Considerando a natureza de fornecimento de bens, as exigências de qualificação técnica limitam-se à comprovação da aptidão operacional para o fornecimento.
- 12.2. Requer-se a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu itens pertinentes ao objeto. Tal medida é indispensável para filtrar empresas "aventureiras" e assegurar que a contratada possui cadeia logística estabelecida com fabricantes/distribuidores.

Justificativa da Qualificação Econômico-Financeira:

- 12.3. As exigências limitar-se-ão à apresentação do Balanço Patrimonial, Certidão Negativa de Falência e Índices de liquidez usuais (LG, SG, LC maiores que 1,0), visando assegurar que a empresa possui saúde financeira para suportar os custos de aquisição das peças junto às fábricas antes do recebimento do pagamento pelo ente público.

Justificativa do Critério de Julgamento (Maior Desconto):



- 12.4. Justifica-se a adoção do critério de maior desconto sobre tabela referencial em detrimento do "menor preço unitário" devido à vasta quantidade de itens que compõem a frota municipal. A cotação unitária de cada peça seria operacionalmente inviável e rapidamente ficaria defasada. O desconto linear sobre tabela oficial garante a atualização constante dos preços de mercado e a economicidade em toda a execução contratual, além de eliminar o risco de "jogo de planilha".
- 12.5. Embora a utilização de softwares precificadores seja uma prática comum para conferir agilidade, a experiência administrativa e a jurisprudência técnica apontam que o uso isolado dessas ferramentas pode gerar desequilíbrio econômico, uma vez que tais sistemas frequentemente utilizam bases de preços de peças genuínas que não refletem a realidade de peças paralelas de 1ª linha.
- 12.6. Para mitigar esse risco o Termo de Referência deverá prever mecanismos de controle onde a tabela servirá apenas como preço teto referencial. A regra de faturamento vincula o pagamento à realidade de mercado, que legitima a exigência de comprovação de custos por meio de notas fiscais ou cotações de terceiros quando os parâmetros tabelados se mostrarem insuficientes ou distorcidos.
- 12.7. Dessa forma, blinda-se a Administração contra o "jogo de planilha" e garante-se a justa contraprestação.

Justificativa da Vedação a Consórcios:

- 12.8. A participação de empresas em consórcio é VEDADA neste certame. O objeto licitado possui complexidade técnica comum e o mercado oferta ampla competitividade, com inúmeras empresas individuais capazes de atender à demanda integralmente. A formação de consórcios, neste cenário, não traria ganho de escala ou tecnologia que justificasse a complexidade administrativa adicional de gerir a responsabilidade solidária entre consorciadas.

Justificativa dos Benefícios às ME/EPP:

- 12.9. Em cumprimento à Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, incluindo a preferência em caso de empate ficto e a exclusividade ou cota reservada, fomentando o desenvolvimento econômico local e regional.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

- 13.1. Em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos e às diretrizes de contratações sustentáveis, foram identificados os principais impactos ambientais relacionados ao objeto, bem como as medidas para sua mitigação.

Baixa durabilidade e descarte precoce de peças

- 13.2. Peças de baixa qualidade possuem menor vida útil, o que aumenta a frequência de substituições, o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos.



- 13.3. Como medida mitigadora, será exigido que as peças sejam originais, ou paralelas de primeira linha, fabricadas conforme normas técnicas aplicáveis, sendo vedado o fornecimento de itens reconicionados.
- 13.4. Essa exigência tem como objetivo aumentar a durabilidade dos componentes, reduzir a necessidade de substituições frequentes e diminuir a geração de resíduos ao longo do tempo.
- 13.5. Além disso, peças fora das especificações podem comprometer o desempenho dos motores, aumentando o consumo de combustível e a emissão de poluentes.
- 13.6. Por isso, será exigido que os produtos mantenham as especificações técnicas dos fabricantes, garantindo o correto funcionamento dos equipamentos e a conformidade com os padrões ambientais aplicáveis.

Geração de resíduos contaminados (óleos, filtros e fluídos)

- 13.7. Óleos lubrificantes usados, filtros contaminados e fluídos automotivos são classificados como resíduos perigosos. O descarte inadequado pode causar danos ao meio ambiente e à saúde pública.
- 13.8. Quando houver fornecimento desses itens, poderá ser exigida a implementação de logística reversa, especialmente nos casos em que a contratada também realizar o fornecimento conjunto desses insumos.
- 13.9. Nessas situações, quando solicitado pela Administração a contratada deverá realizar o recolhimento de filtros usados (óleo, ar e combustível), recolher óleos lubrificantes usados ou contaminados e recolher embalagens de óleos e fluídos automotivos.
- 13.10. A destinação final deverá ser realizada por empresa licenciada, devendo a contratada comprovar, quando solicitado, a destinação ambientalmente adequada, por meio de documentos como:
 - 13.10.1. Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
 - 13.10.2. certificado de destinação final;
 - 13.10.3. ou documento equivalente.
- 13.11. Essa medida busca garantir a conformidade com a legislação ambiental e evitar passivos ambientais para a Administração.

Resíduos de embalagens

- 13.12. O fornecimento de peças e insumos gera resíduos como papelão, plástico e isopor.
- 13.13. Como medida mitigadora deverá ser priorizado o uso de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando solicitado, a contratada deverá realizar o recolhimento das embalagens no momento da entrega.
- 13.14. Essa prática reduz o acúmulo de resíduos nas dependências da Administração e contribui para a destinação ambientalmente adequada..



14. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

- 14.1. A contratação, nos moldes definidos neste estudo, visa alcançar os seguintes resultados práticos em termos de economicidade e eficiência:

Economicidade Direta e Indireta:

- 14.2. O modelo de disputa por maior desconto sobre tabelas de referência assegura que a administração pague sempre abaixo do preço de mercado, aproveitando a economia de escala do volume total da frota.
- 14.3. Ao exigir peças genuínas/originais ou de 1ª linha e vetar produtos recondicionados, espera-se uma redução drástica no índice de quebras precoces. A economia real manifesta-se na durabilidade, uma peça de qualidade que dura 12 meses é mais econômica que uma peça barata que exige troca trimestral.

Otimização dos Recursos Materiais:

- 14.4. Com os prazos de entrega escalonados e factíveis e a garantia de fornecimento contínuo, o resultado pretendido é a maximização da disponibilidade operacional das máquinas e a garantia que ônibus escolares, ambulâncias e máquinas de obras passem mais tempo servindo à população do que parados no pátio da oficina aguardando peças.

Otimização dos Recursos Humanos e Administrativos:

- 14.5. A escolha pelo pregão eletrônico unificado otimiza a força de trabalho dos departamentos envolvidos, centralizando a gestão em um único contrato robusto.
- 14.6. A implementação do rito de diligência de exequibilidade visa eliminar o retrabalho administrativo causado por licitações fracassadas ou desertas, garantindo a conclusão eficaz do processo licitatório.

Otimização Financeira:

- 14.7. O modelo não exige desembolso antecipado nem estoque físico, liberando fluxo de caixa. O recurso financeiro só é executado no momento exato da necessidade de reparo.

15. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

- 15.1. Adota-se o regime de Fornecimento Contínuo e Parcelado, sob a forma de execução por preço unitário. A execução dar-se-á mediante a emissão de Ordens de Fornecimento ou Requisições específicas, conforme a necessidade de manutenção corretiva ou preventiva da frota, sem a obrigatoriedade de retirada integral imediata dos itens, respeitando-se a vigência contratual.
- 15.2. A natureza da demanda é imprevisível quanto ao momento exato da quebra ou desgaste das peças. O fornecimento parcelado é a única modalidade viável, pois evita custos de estocagem para a administração, transferindo a responsabilidade da guarda e logística do estoque para a contratada, que deve entregar o bem no momento da necessidade.



- 15.3. A economia de escala é obtida através da centralização da demanda. Ao agrupar a necessidade de peças de toda a frota municipal em um único processo licitatório robusto, o volume financeiro expressivo atrai grandes fornecedores e distribuidores, aumentando a competitividade e permitindo a oferta de percentuais de desconto maiores do que os obtidos em compras fracionadas ou de pequeno vulto, também evita-se a repetição de múltiplos processos de compra direta para cada reparo, reduzindo drasticamente o custo processual da máquina pública.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

- 16.1. Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Junior
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rian Ernesto Golin
Suplentes:	Isac Vitor Medeiros

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 17.1. Identifica-se a existência de contratação interdependente e correlata fundamental para a efetividade desta aquisição:
- 17.2. Objeto Correlato: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de tornearia, solda, borracharia, auto elétrica e mecânica geral para a frota municipal.
- 17.3. A manutenção da frota opera sob o binômio "Peça + Serviço". Para que o objetivo final seja atingido, é imprescindível a execução simultânea e sincronizada do fornecimento das peças e da aplicação das mesmas pelos profissionais mecânicos.
- 17.4. A indisponibilidade de peças gera ociosidade nos contratos de prestação de serviços mecânicos e mantém o veículo inoperante.
- 17.5. Dessa forma, a gestão deste contrato de fornecimento deverá ocorrer em estreita sintonia com a gestão dos contratos de oficinas credenciadas ou contratadas, visando assegurar que a peça chegue no momento exato da disponibilidade do mecânico, otimizando o tempo de permanência do veículo em manutenção.

18. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- 18.1. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- 18.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;



- 18.3. Id do item no PCA: 7187 a 7254 - 7255 a 7286 - 8484 a 8583 - 10094 a 10128;
- 18.4. Classe/Grupo: 4910 - 6140 - 9150;
- 18.5. Identificador da Futura Contratação: 987541-16/2026;

19. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- 19.1. Por Itens

20. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- 20.1. ☒ Bens e serviços comuns
- 20.2. ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- 20.3. O objeto desta contratação enquadra-se na classificação de BEM COMUM, conforme definição do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.
- 20.4. Adicionalmente, caracteriza-se como FORNECIMENTO CONTÍNUO, nos termos do Art. 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a manutenção da frota constitui necessidade permanente e essencial da Administração Pública. A interrupção no fornecimento de peças comprometeria a disponibilidade dos veículos e máquinas, gerando prejuízos imediatos à continuidade dos serviços públicos essenciais.

21. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. ☒ Não
- 21.2. Opta-se pela dispensa da exigência de garantia de execução contratual, com fundamento na discricionariedade conferida pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões técnicas e econômicas:
- 21.3. O objeto trata-se de fornecimento de bens com pagamento estritamente vinculado à entrega e conferência. Inexiste repasse financeiro antecipado, anulando o risco de inadimplência financeira por parte da contratada.
- 21.4. Os custos para a contratação de Seguro Garantia ou Fiança Bancária são inevitavelmente repassados aos preços ofertados pela licitante. A dispensa da garantia visa, portanto, desonerar a proposta e permitir a obtenção de maiores percentuais de desconto em favor da Administração.
- 21.5. A segurança jurídica da execução será garantida pelas sanções administrativas severas previstas no Edital em caso de inexecução total ou parcial.

22. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- 22.1. Considerando os estudos técnicos realizados, que compreenderam a análise do histórico de consumo, a avaliação das alternativas de mercado e o mapeamento dos riscos envolvidos, conclui-se que:



- 22.2. A escolha pela modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento de Maior Desconto sobre Tabela Referencial, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração. Este modelo corrige as distorções de processos anteriores, garantindo a atualização constante dos preços e a economicidade em escala.
- 22.3. A implementação do Rito de Diligência de Exequibilidade e a definição de prazos logísticos ajustados conferem segurança jurídica e operacional, mitigando os riscos de inexequibilidade e de licitação deserta.
- 22.4. O alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a exigência de peças de 1ª linha atendem aos princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável.
- 22.5. Diante do exposto, DECLARA-SE A VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E OPERACIONAL da contratação.

23. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- 23.1. A adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Diálogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, Contratação Direta:
- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☒ maior desconto
- ☐ maior lance



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 05 de maio de 2026.

Isac Vitor Medeiros

Matrícula Funcional 194971

Departamento de Controle de Frotas

